

GLOBALIZAÇÃO E DINÂMICAS TERRITORIAIS EM RONDÔNIA. REGIÃO AMAZÔNICA

Ricardo Gilson da Costa Silva*

Resumo

Esse artigo analisa a dinâmica territorial de Rondônia a partir do avanço espacial da produção de soja. Tais processos geográficos estão articulados com a expansão da economia globalizada que tem impactos diretos na Amazônia. A expansão da soja é acompanhada pela formação de uma geografia agrícola concentradora de grãos no sul de Rondônia, que põem em evidência um dinamismo econômico acompanhado de exclusão e possíveis pressões sócio-territoriais nos ambientes mais preservados. Produto das relações sociais, a articulação espacial alicerça a expansão da produção soja em que a diferenciação geográfica resulta nos espaços de gestão e de produção de grãos, articulados pelos agentes hegemônicos na configuração de uma rede territorial, cuja dinâmica é produto do processo de expansão dos espaços da globalização.

Palavras-Chave: Território, Rede Territorial, Rondônia, Campo, Cidade

Recepción: 8 de abril de 2009. Aceptación: 3 de septiembre de 2009.

* Departamento de Geografía. Universidade Federal de Rondonia (UNIR).
Doctorando en Geografía Humana (USP).

GLOBALIZATION AND TERRITORIAL DYNAMICS IN RONDÔNIA, AMAZON REGION

Abstract

This article analyzes the territorial dynamics in Rondônia from the spatial advance of soy production. Such geographic processes are articulated with an expansion of a globalised economy that has direct impact on the Amazon region. The soy expansion is followed by the formation of an agricultural geography which concentrates the grains of the south of Rondônia, which shows an economic dynamism accompanied by exclusion and possible social-territorial pressures in the more preserved environments. As a product of social relations, the spatial articulation is based on the expansion of soy production, articulated by hegemonic agents in the configuration of a territorial net, whose dynamics is a product of the expansion of processes of the globalized areas.

Key words: Territory, Territorial Net, Rondônia, Field, City

GLOBALIZACIÓN Y DINÁMICA TERRITORIAL EN LA REGIÓN AMAZÓNICA DE RONDONIA

Resumen

Este trabajo analiza las dinámicas territoriales en Rondonia desde el avance espacial de la producción de soja. Tales procesos geográficos son articulados a partir de la expansión de una economía globalizada que tiene impacto directo sobre la región amazónica. La expansión de la soja es seguida por la formación de una geografía agropecuaria que concentra los granos del sur de Rondonia, lo cual muestra un dinamismo económico acompañado por la exclusión y las posibles presiones socio-territoriales en los ambientes más

conservados. Como consecuencia de las relaciones sociales, la articulación espacial está basada en la expansión de la producción de soja, llevada a cabo por los agentes hegemónicos en la configuración de una red territorial, cuyas dinámicas son producto de la expansión de los procesos de las áreas globalizadas.

Palabras clave: Territorio, Red territorial, Rondonia, Campo, Ciudad.

Introdução

A passagem de século nos convida a pensar sobre os rumos, desafios e utopias para a humanidade. Este início de século XXI não foge a essa “magia”. Seu conteúdo é qualificado pelo advento simbólico que representa para a sociedade a “chegada de um novo período”, e também pelas características deste novo momento histórico, que deriva da revolução técnico-científica e do mundo globalizado, moldando imperativamente os olhares sobre a compreensão do mundo contemporâneo.

A impressão comum é de um período com intensas transformações em todas as esferas da vida social. São tempos de aceleração produzidos pela dinâmica societária global, pelos avanços conseguidos no conhecimento científico, pelo desenvolvimento de tecnologias e pela expansão do comércio globalizado. Mas as transformações e as “novidades tecnológicas” são apropriadas desigualmente, gerando a ampliação do fosso social mundial, sendo neste período cada vez mais qualitativo, isto é, de acesso ao conhecimento. As grandes corporações transnacionais e os países desenvolvidos aviltam a maioria da população “o mundo da criação tecnológica”, o que é mais incisivo nas sociedades dos países periféricos ou em desenvolvimento. Informação, ciência e tecnologia tornam-se híbridos nos diversos produtos da chamada revolução técnico-científica (Santos, 2000). Essas acelerações permitem que cidades e regiões de vários Estados, sobretudo as grandes metrópoles e as zonas industriais com tecnologia avançada, estejam relacionadas mais diretamente aos espaços externos dos limites das fronteiras nacionais, tendendo a transformar as relações sociais, inserindo elementos que modificam a organização do espaço geográfico de cada nação.

Acrescentando novas tramas, essas ações em escala-mundo produzem processos diferenciados no território, que se desdobra em dinâmicas globalizadoras e fragmentadoras do tecido social. O primeiro processo ocorre na medida em que as relações sociais adquirem dimensões local e global,

havendo um *alargamento dos contextos*²⁹, pois o local não se explicaria mais somente pela sua magnitude, exigindo a compreensão das inextricáveis relações com a totalidade social. A fragmentação ocorre quando são estabelecidas relações de produção e econômicas no território com áreas externas à dinâmica econômica nacional, em detrimento das áreas próximas, ocorrendo um processo de segregação territorial.

Neste aspecto, são produzidos sistemas de objetos cuja natureza intrínseca já nasce com conteúdo e informação, resultando papéis diferenciados na vida econômica, social e política. São fluxos de informação superpostos aos fluxos de matéria (Santos: 1991: 10), qualificando o território com novas dimensões sociais e políticas derivadas de seu uso e de sua crescente artificialização, conforme argumentam Santos e Silveira: *“O território já usado pela sociedade ganha usos atuais, que se superpõem e permitem ler as descontinuidades nas feições regionais. Certas regiões são, num dado momento histórico, mais utilizadas e, em outro, o são menos. Por isso cada região não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos, cristalizando usos antigos e aguardando novas racionalidades”* (Santos y Silveira; 2000: 12-13).

Na Amazônia a compreensão dos acontecimentos e suas interpretações passa pela leitura contemporânea da economia globalizada, que transforma a gestão política do Estado-Nação em “espaços nacionais da economia internacional” (Santos, 1996; Benko, 2002), gerando uma interdependência econômica mundial. A proposição de Smith (1988; 19) de que “o capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência”, afirma-se com maior veemência no mundo globalizado, que imprime acelerações de tempos e de espaços em função dos ingredientes que são inseridos no território.

Esses processos são visíveis na Amazônia, tomando como parâmetros a dimensão espacial do avanço do capital na agricultura, sobretudo, no agro-negócio. A expansão da produção de soja envolve tanto as transformações técnicas do território (sistemas de objetos), como insere novas relações no campo e nas cidades, cujo destaque centra-se na nova fase de expansão agrícola. Analisar essas dinâmicas territoriais que se configuram no Estado de Rondônia, na Amazônia brasileira, derivadas do processo de globalização torna-se objeto desse texto.

Território, Campo e Cidade

A ampliação do capital na agricultura requer a incorporação de novas áreas produtivas. Resulta tal processo na conversão de áreas antes “opacas”, na perspectiva da ausência de “brilho” econômico da economia de mercado, e na “descoberta”, por meio de outras bases tecnológicas, de novas propriedades materiais nos recursos do território (recursos florestais, recursos hídricos, recursos minerais, recursos edafo-climáticos, recursos sociais, entre outros), possibilitando novas formas de uso do território.

As grandes corporações e os Estados nacionais desenvolvem estratégias econômicas que os permitem participar dos circuitos espaciais de produção (Arroyo, 2003), de modo que alguns lugares e regiões, que há pouco eram distantes e quase sem interferência humana, passam a serem objeto de intervenção humana, derivada das relações sociais e econômicas que proporcionam a construção de novas paisagens. Daí ser a natureza (o conjunto biótico e abiótico e suas inter-relações) objeto de apropriação humana, ainda que tais processos se apresentem apenas em potência, em intencionalidades não concretizadas. Nessa perspectiva, o território tornou-se condição estrutural e estratégica para o desenvolvimento das forças produtivas neste processo de globalização da economia que tem reflexo na Amazônia Brasileira. Pensar o território e dotá-lo de estruturas que dêem condição para seu uso econômico, político e social são finalidades complexas que envolvem o Estado, os agentes econômicos e os agentes sociais nas suas pautas políticas.

A agricultura como arena do desenvolvimento econômico vem se fortalecendo e avançando na participação do comércio mundial. O Brasil assim tem se destacado na busca de novos mercados de *commodities* e essas ações conduzem ao desenvolvimento de estruturas que ampliam a capilaridade do território nacional, convergindo com demandas estruturais, as quais se configuram em *redes territoriais*. Essas estruturas possibilitam que os agentes econômicos se tornem mais velozes e eficazes no encaminhamento de suas demandas. Neste caso, a emergência de redes territoriais comporta a constituição de um conjunto que articula materialidade e ação, globalidade e localidade (Santos, 1996; Silveira, 1996), como pode ser verificado em Rondônia, a partir dos sistemas de objeto inseridos na dinâmica de produção e circulação geográfica da soja.

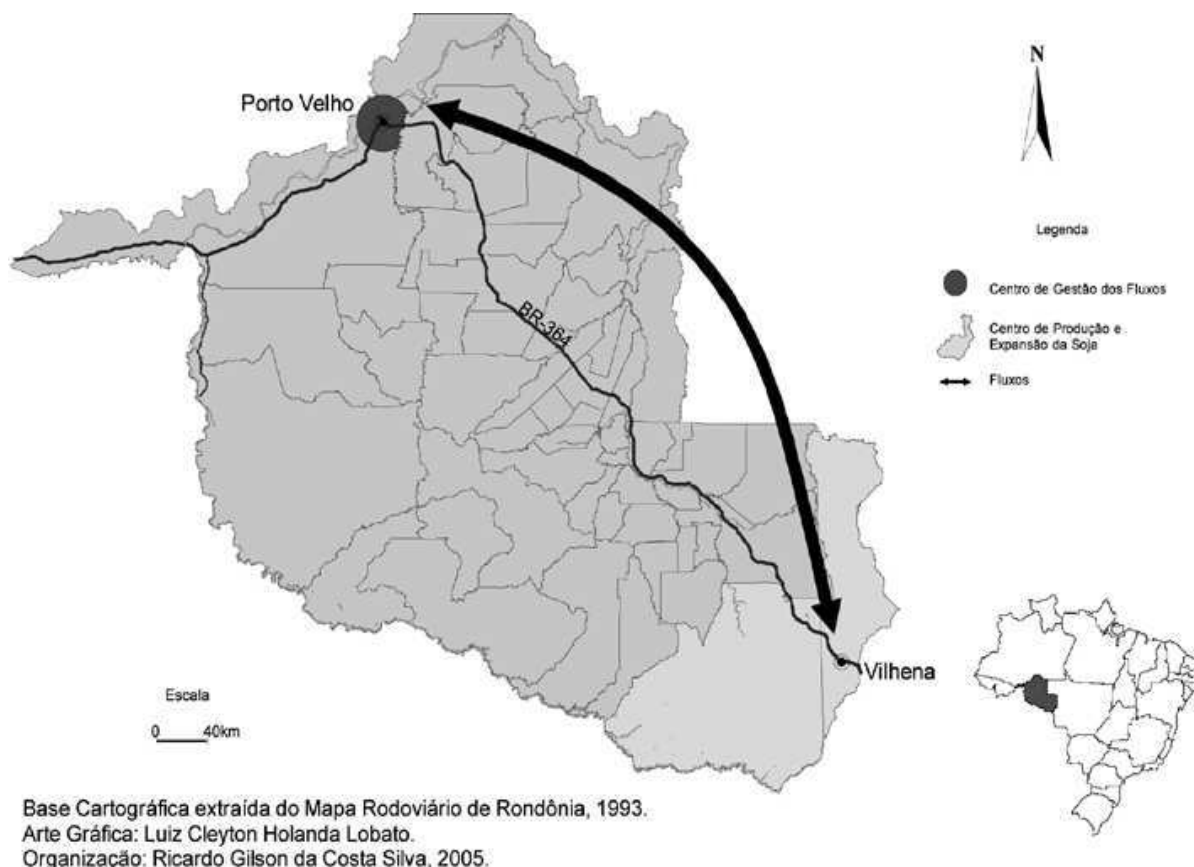
No controle da produção agrícola pelos agentes econômicos é necessária a centralidade de ações, sendo as cidades centros relevantes desse processo. No campo, avança a produção, mas na cidade a gestão da economia se concretiza cuja prática se faz com a imposição de normas e controle dos

fluxos. Os arranjos estruturais nas cidades aumentam o poder de controle dos grandes capitais, na medida em que se centraliza a informação e o fluxo da produção. Esse conjunto de situações características de uma produção para o mercado externo promove uma significativa mudança na dinâmica agrícola das áreas produtoras, requerendo das cidades conexões com os centros mais dinâmicos, com as áreas mais modernas. Configura-se assim, uma rede de conexões que abrange a articulação territorial de municípios, formando centros cuja funcionalidade deriva das lógicas dos agentes econômicos. São esses pontos os nexos de intersecção de uma dinâmica local/regional, que articula a produção agrícola e sua gestão com os circuitos espaciais inerente ao comércio globalizado.

As cidades desempenham a função de provedora de suprimentos tecnológicos ao campo modernizado. São portadoras da inovação e essa relação amplia a influência da cidade no campo, vez que fornece mão-de-obra, serviços tecnológicos, conhecimento e outras atividades que alimentam a demanda do campo. É na cidade que o nexo com a economia globalizada mais se afirma, constituindo “pontos de intersecção” dessa relação entre o global e o local. Nas cidades são instaladas as bases, os fixos, que operam nessa relação, formando a rede territorial. A dinâmica da produção de soja manifesta a formação de estruturas articuladas, impondo aos municípios esses nexos, a lógica espacial das empresas.

A configuração dessa lógica resultou na convergência das cidades de Porto Velho e Vilhena. Na primeira, capital do Estado de Rondônia, os sistemas de objetos servem de entreposto multi-modal de transportes (rodoviário e hidroviário) e desempenham a função de controle e gestão da circulação (material) da produção de soja. A segunda, Vilhena a 700 km de distância, tem uma malha articulada das empresas compradoras de soja e uma rede de serviços especializados que garantem a evolução da produção, formando um centro de produção de soja no Sul de Rondônia. Configura-se em *centros de gestão dos fluxos* e *centro da produção* a manifestação espacial da lógica global das empresas (Figura 1). As redes constituem instrumentos importantes dessa mobilidade espacial. As Verticalidades, aqui entendidas como um “conjunto de pontos formando um espaço de fluxos” (Santos; 2000: 105), provém de um sistema produtivo globalizado, no qual os atores exercem influência e controle sobre a circulação dos fluxos e a produção dos volumes (massa). O conceito de *Verticalidades* serve de base teórica para a explicação de relações entre cidades e campo, cuja articulação não se dá por contigüidade, mas pela relação hierárquica em que os agentes operam suas ações.

Figura 1: Rondônia: articulação do centro de gestão dos fluxos e centro de produção de soja



As redes territoriais são articuladas por pontos na superfície terrestre, formando arranjos espaciais, ainda que segmentados, que têm na hierarquia seu motor de funcionamento, permitindo o desenvolvimento econômico de atividades produtivas, em espaços segmentados. As verticalidades criam as interdependências entre os lugares, mesmo não sendo esses contíguos. Essa dimensão geográfica se torna possível em função da organização dos agentes econômicos hegemônicos, cuja ação é, ao mesmo tempo, social, técnica e política. Ao superar o dado de contigüidade (algumas limitações geográficas), os agentes econômicos ampliam seu poder em termos de expansão territorial. Esses suportes territoriais (pontos das redes) permitem, em última instância, a consolidação de uma união vertical dos lugares, redefinindo as novas realidades espaciais.

Porto Velho: centro de gestão dos fluxos

As estruturas são bases fixas e funcionam como sistemas de objetos modernos criados em pontos estratégicos para estabelecer a racionalidade externa dos agentes econômicos e políticos, sendo esta a criação de uma nova paisagem geográfica. Na medida em que as adições de capitais reforçam essa seletividade espacial, pois, os lugares são escolhidos com base em estratégia e localização, estaria sendo gestado um processo de produtividade espacial, diferenciando os lugares conforme sua função na rede territorial, gerando uma lógica territorial das empresas.

Na cidade de Porto Velho, os sistemas de objetos produzidos para dar fluidez à produção de soja são coerentes com as necessidades de mobilidade espacial dos macroagentes. O primeiro sistema de objeto foi a Hidrovia Madeira-Amazonas, reestruturada a partir de 1997, que permite uma conexão com outras estruturas que as empresas operam. Essa topologia serve de base a pontos interligados a partir dos sistemas de objetos acrescentados nestes lugares. Enquanto nó da rede territorial, a hidrovia tem funcionalidade de redução de custos na circulação geográfica do produto e, em função disso, pressiona o avanço da soja em áreas propícias para sua produção, o que gera um quadro espacial de conflitos agrários. Derivado desse processo, a dimensão estratégica é a pressão por novos territórios de produção, ou seja, avança-se na dimensão espacial. A segunda estrutura decorre da territorialização do capital. Ao assegurar a navegabilidade por 1.056 km ao longo do rio Madeira, as empresas controladoras dos fluxos de produção adicionam novos sistemas de objetos – os portos privados – nas cidades de Porto Velho (RO), Itacoatiara (AM) e Santarém (PA). Esses fixos permitem que os investimentos dos capitais tenham a conectividade com outras formas de circulação, na medida em que a dimensão multimodal se conecta no sistema de transportes: rodovia e hidrovia.

Para os agentes econômicos o controle do espaço-tempo produz a redistribuição espacial das ações e de seus objetos. Assim, Porto Velho serve de base como centro de controle e gestão dos fluxos (produção) de Rondônia, da Chapada dos Parecis, no Mato Grosso; e do sul Amazonas, em Humaitá. As empresas Hermasa/Amaggi e Cargill construíram novos sistemas de objetos, como os portos privados, servindo de conexão a outros portos, respectivamente, na cidade de Itacoatiara (AM) e Santarém (PA), de onde os grãos de soja são embarcados e transportados para a Europa.

As redes territoriais contribuem como sistemas de objetos e quadro imaterial para modelar o espaço-tempo, objeto de ação dos agentes econô-

nicos. A dinâmica da circulação e, sobretudo, a pressão por novas áreas coloca a rede territorial em constante transformação. Neste sentido, o controle da rede traduz-se no controle das ações locais sobre a possibilidade ou não de se avançar em atividades produtivas. Essa geografia do movimento é pautada pelo uso e intensidade de uso que os atores dispõem. Para o sistema produtivo da soja, há a exigência de que o espaço de fluxo tenha na formação da rede territorial a base que o coloca na intersecção da dinâmica econômica global.

A gestão dos fluxos, condição primaz para a inserção no mercado globalizado, tem na sua operacionalidade a concretude de arquiteturas logísticas em que a hierarquia sobre a produção confere aos agentes gestores desta uma condição de poder em relação aos agentes produtores de grãos (Figura 2). As bases estruturais dos portos privados dos agentes econômicos criam sinergias em função da cadeia desenvolvida nos pontos da rede territorial, representando o que se chama de captura de fluxos (Monié; 2003). É sobre essa característica que Porto Velho concentra-se como ponto nodal da rede territorial, a *gestão de fluxos*, na medida em que, criada pelas políticas da empresas, estimuladas pelos apoios estatais, esses canais servem de integração multimodal de circulação.

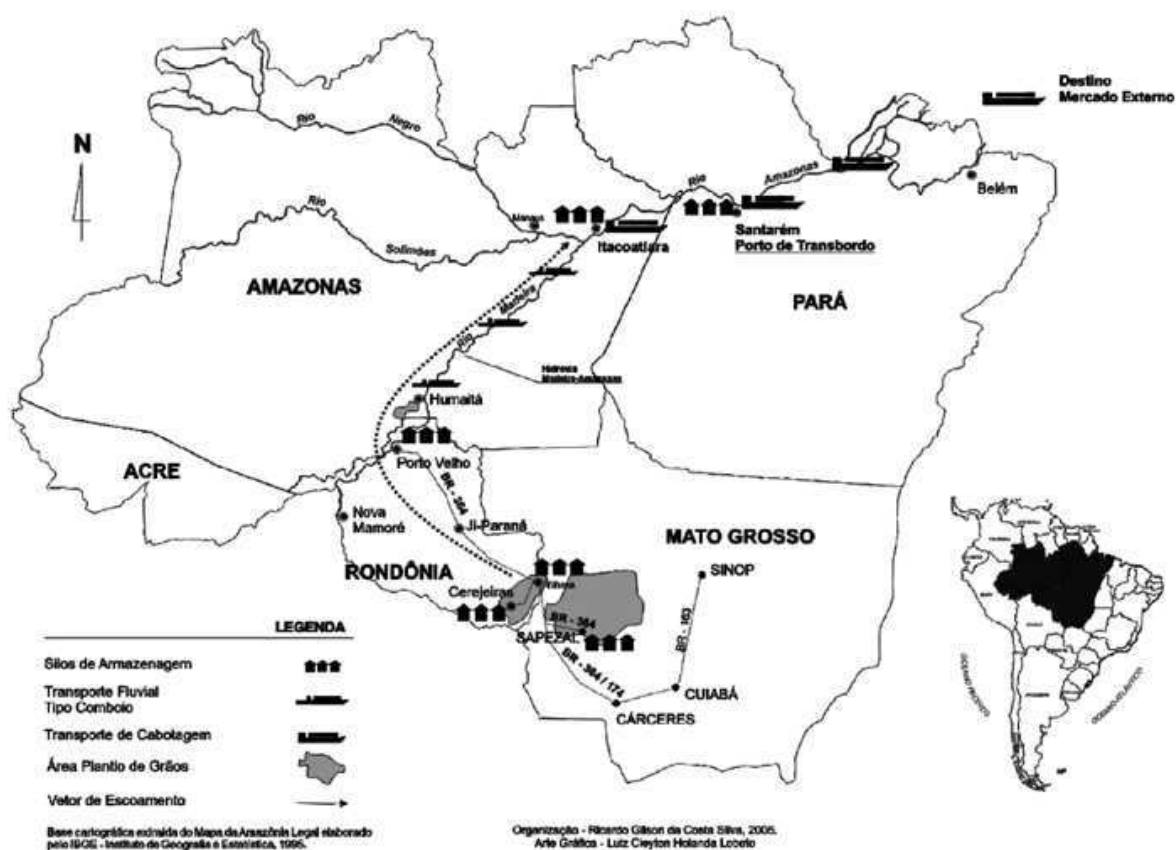
Por sua vez, esses fixos incidem em duas dimensões espaciais relevantes, na medida em que essas estruturas contêm a intencionalidade de quem os concebeu, ou seja, a manifestação espacial do capital. Primeiro, é fato que a concretude territorial do capital, por rebatimento, incentiva a expansão da produção de soja e dos demais grãos associados (milho e arroz), formando espaços de produção, ou seja, cria-se uma dinâmica vinculada, entre outros processos, à incorporação de terras ao circuito produtivo globalizado.

Segundo, decorrente dessas estruturas, outra dimensão posta em jogo é a formação de valor nesses fluxos, possibilitando um processo de territorialização do capital com a adição de novos sistemas de objetos que permitam garantir a fluidez territorial e um controle político desse processo pelos macroagentes, o que de certa forma reforça a máxima de Raffestin de que *“controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem”* (1993, 213).

Nessa perspectiva, a formação da rede territorial permite a fluidez do território como também a territorialização dos fluxos. Essa é a obra estratégica das grandes corporações –os macroagentes– no mercado globalizado, ou seja, transforma-se o território pela criação de verticalidades, gerando contigüidades funcionais, unindo os lugares numa ordem hierárquica, sob a lógica desses

agentes (Santos; 1996). Temos uma fragmentação do espaço, visto que certas frações são hegemônicas por lógicas externas ao seu redor. Essas verticalidades constituem o que Santos denominou de reino do tempo real, visto que seus agentes e suas ações se dão em função de um tempo global, do relógio global, que criam, moldam e instituem normas de uso do espaço, levando, ainda que em potência, a formação de frações territoriais unificadas na relação de escalas global e local pelas redes territoriais (Silva; 2005, 2007).

Figura 2: Rede Territorial: espaço de produção de soja e fluxos de transportes



Essa transformação qualitativa do espaço no meio técnico– científico-informacional permite compreender quando o espaço pelo seu uso pragmático e funcional tornou-se um recurso, portanto, um trunfo dos agentes econômicos. A incidência de equipamentos modernizados, de arquiteturas logísticas, conteúdo da rede territorial, cujo uso se dá em frações territoriais escolhidas, em Rondônia formam os *espaços da globalização*.

Vilhena: centro de produção e expansão de soja

Os municípios de Vilhena, Cerejeiras, Cabixi, Pimenteiras, Colorado do Oeste, Corumbiara e Chupinguaia, localizados no Sul de Rondônia, formam o centro de produção e expansão da soja. Essa sub-região é denominada na linguagem da imprensa local e dos meios políticos como *Cone-Sul*.

São municípios relativamente pequenos, sendo Vilhena o maior deles, com uma população de 66.746 habitantes (IBGE; 2008). A taxa de crescimento populacional do conjunto do *Cone-Sul* ficou distante da variação de crescimento do Estado (2,42%) e, há uma mobilidade espacial da população importante a ser destacada nesses municípios. Somente Vilhena e Chupinguaia tiveram crescimento populacional considerável no período de 1996 a 2007, ao passo que os demais, o resultado foi muito negativo (Tabela 1).

Todavia, quando analisada a taxa de população urbana, Vilhena, Colorado e Cerejeiras apresentam taxas maiores que a do estado de Rondônia. Tal processo é revelador do deslocamento da população das áreas rurais para as áreas urbanas de alguns municípios da região e, sobretudo, uma migração intra-regional no estado de Rondônia, que hoje se traduz no avanço por novas terras e na emergência de novos conflitos agrários.

Tabela 1: População de Rondônia e dos municípios produtores de soja

Estado/Municípios	População		Variação (%) 96/00	Pop. Urbana (2007) (%)
	1996	2007		
Rondônia	1.229.306	1.453.756	18,26	68,93
Cabixi	8.228	6.575	-20,09	38,66
Cerejeiras	20.970	16.290	-22,32	83,7
Chupinguaia*	5.521	7.465	35,21	34
Colorado do Oeste	24.864	17.644	-29,04	71,37
Corumbiara	11.275	9.476	-15,96	25,55
Pimenteiras do Oeste	2.350	2.358	0,34	56,53
Vilhena	44.394	66.746	50,35	94,91

Fonte: IBGE (2008)

* dados do Censo IBGE (2000)

Isso foi observado quando, nos trabalhos de campo nas áreas produtoras, havia muitas propriedades à venda e mesmo um largo comércio de estabelecimentos rurais, ao passo que nos municípios com grande volume de produção de soja, a taxa de crescimento da população urbana é extremamente alta, revelando uma relação estreita entre o avanço da produção de soja, migração e urbanização nos municípios produtores.

Tradicionalmente, a criação de gado e a produção de grãos compõem o conjunto de produtos que dinamizam as atividades agropecuárias nesses municípios. Na medida em que a produção avança, as áreas produtivas são qualitativamente estratégicas para a ação de empresas e assegurar o controle dessas áreas torna-se vital para aos grandes capitais. Há um processo de monopolização do território, na medida em que os produtores locais são apenas produtores de massa, não tendo força econômica para colocarem seu produto no mercado externo, ao passo que os grandes agentes econômicos controlam os fluxos.

A ação territorial dos agentes econômicos se configurou na instalação de estruturas para a gestão de todo o processo produtivo. As empresas Amaggi e Cargill instalaram novos fixos (sistemas de objetos) nos municípios que produzem mais soja, aproximando o controle da produção e dos fluxos. Como anteriormente discutimos o crescimento da soja nessa região ganhou impulso a partir de 1997, dado o funcionamento a Hidrovia Madeira-Amazonas, e supera a área plantio de arroz e milho a partir de 2001. Considere-se assim o desempenho quanto ao volume produzido de soja. Em 1998, a produção de soja nos municípios de Rondônia foi de 15.790 toneladas, ao passo que o arroz e o milho representavam, respectivamente, 136.019 e 200.513 toneladas. Em 2007, esses dados transformaram-se, obtendo a soja o volume de 259.069 toneladas, enquanto que a produção de milho foi de 249.927 e o arroz de 145.502 toneladas (IBGE; 2008).

O avanço da produção de soja no sul de Rondônia traz como resultado a *transformação na dinâmica da geografia agrícola*. Esse processo acelera a expansão para todo o *Cone-Sul* de Rondônia, fazendo com que as empresas comercializadoras –as *tradings*– busquem novas plantas para garantirem a expansão e controle da produção. Neste caso, novas estruturas são planejadas para que a influência das *tradings* Amaggi e Cargill possa ser garantida junto aos produtores de soja. Verifica-se nessa dinâmica uma expansão espacial da produção e de seu controle a partir de novas bases fixas.

Por sua vez, isso resulta no uso do território de forma corporativa pelas grandes empresas. A expansão da influência destes agentes econômicos constitui o avanço de uma racionalidade técnica-produtiva, criando um campo

de especialização territorial produtiva, sendo esta um predicado fundamental nas atividades econômicas que pautam a produção globalizada.

São as condições técnicas e instrumentais, culturais e estruturais, ou seja, as qualidades sócio-técnicas que alicerçam essas especializações produtivas verificadas no Cone-Sul de Rondônia, que se articula da escala de ação local (produtiva) à escala de ação global (mercado externo), formando uma dinâmica multiescalar, própria das atividades globalizadas.

Expansão da soja, novas conexões e conflitos sócio-territoriais

O avanço da produção de soja tem como padrão espacial sua consolidação na região Cone-Sul do Estado e a expansão ao norte para alguns municípios de Rondônia. Essa geografia resulta do aproveitamento de áreas propícias e, principalmente, dos sistemas de objetos modernos que alimentam esse movimento. Segundo Costa (2000: 14), as áreas com potencial para o desenvolvimento das atividades produtivas de grãos, em Rondônia, correspondem a 10.289 milhões de hectares. Atualmente, a área de produção de soja representa 88.890 hectares (IBGE; 2008). A tendência de ocupação de áreas de soja e/ou grãos deve se verticalizar nos municípios do Cone-Sul, principalmente em Vilhena, Cerejeiras, Corumbiara e Chupinguaia.

Os investimentos em infra-estrutura constituem-se como vetores propulsores que incidem também no avanço da soja. Servem como alicerce dos fluxos de produção, pois a questão é garantir que a circulação possa inserir a produção no circuito globalizado. Assim, se novas plantas e projetos são viabilizados, a expansão da soja, em condições edafoclimáticas adequadas, tende a “invadir” novos espaços, transformando-os em áreas de produção. Esse potencial pode ser “deslocado” para os municípios de Porto Velho, Machadinho e Itapoã do Oeste, Norte de Rondônia, muito embora outros municípios estejam desenvolvendo campo experimental de soja.

Em Porto Velho, há campos experimentais de soja e de arroz, onde se busca desenvolver técnicas adequadas de cultivo para que as áreas propícias sejam portadoras dessas novas manchas de modernidade. Também há experimentos nos municípios de Itapoã do Oeste, Machadinho, Aripuanã (MT), Juína (MT), e uma significativa produção no eixo Humaitá e Apuí, no sul do Amazonas. Decorrente disso pode-se ter substituição de pastagens por plantio de grãos, cujo potencial se apresenta na região da “Ponta do Abunã”, no município de Porto Velho, tornando-o mais atrativo em função da

distância das áreas de produção para o porto graneleiro ser inferior a 300 km, significando uma redução extremamente importante no custo de transportes (custo do frete).

A substituição de pastagens por produção de grãos (arroz, milho e soja) é o vetor de dinamização da agricultura nos municípios “favoráveis” ao desenvolvimento dessas culturas. Como corolário dessa tendência, a manifestação espacial de outras atividades de exploração de base agropecuária e florestal parece ser o caminho que os novos capitais operam para se viabilizar em outras frações do território. Assim, as atividades de exploração madeireira e o aumento da pecuária são convergentes para a formação de uma nova dinâmica agropecuária. Decorre disso o aumento da demanda por terras, gerando o mesmo processo de deslocamento da pecuária com incremento de desmatamento para os limites da fronteira. Assim, aponta-se que esses limites são as áreas de Unidades de Conservação, Terras Indígenas e áreas com população ribeirinha.

Essa dinâmica se converteria na “nova” tensão sócioterritorial entre atividades modernizadoras com viés economicista/produtivista, em contraposição ao uso sustentável de áreas do território destinada a outros de tipos de uso. A dinâmica territorial sofreria uma forte mudança, sendo que esse processo não se distancia do que está acontecendo em outras áreas da Amazônia, em que a produção de grãos, sobretudo de soja, vem avançando e deslocando a pecuária para áreas limites da Unidades de Conservação.

O Projeto Hidrelétrico/Hidrovia do Rio Madeira retoma a dinâmica de integração regional/nacional/internacional, pois focaliza, além da produção de energia elétrica, a viabilidade de conexão da Hidrovia Madeira-Amazonas ao projeto Hidrovia do Guaporé e a conexão com o rio Beni (Bolívia), por meio de eclusas. Essas vinculações expandem a rede territorial ligada aos grãos, pois, ao se configurarem, proporcionam uma redefinição agrícola nas áreas em que a produção de grãos, principalmente de soja, tem possibilidade de viabilização. O percurso da hidrovia-hidrelétrica do Madeira, a montante de Porto Velho, visa à utilização dos rios Guaporé e Mamoré para uma possível extensão da Hidrovia Madeira-Amazonas, proporcionando uma integração com outras hidrovias, como a do Paraguai-Paraná, que poderá trazer consequências imprevisíveis ao equilíbrio ecológico desta área do estado de Rondônia, além de induzir o deslocamento de atividades econômicas agropecuárias para essa porção do território (Nunes; 2004). Esse “cenário” tem força para se concretizar em função das infra-estruturas alocadas. Coerente com o processo, esferas do empresariado regional também sinalizam com uma integração econômica no qual a agricultura de escala é apontada como setor

relevante, como pode ser verificado no Projeto “Alavancagem do Mercoeste” (MERCOESTE; 2002).

O atual contexto nacional e internacional, caracterizado pela formação de blocos econômicos, mercados integrados entre países e regiões destes, a exemplo das propostas de Corredor Atlântico do Mercosul, Corredor de Transporte Centro-Leste, ENID's³⁰, Mercoeste, parece indicar uma nova configuração na organização do espaço, em que o aproveitamento das potencialidades dos recursos do território (florestais, agrícolas, minerais e outros) como vantagens comparativas tende a incentivar uma série de investimentos em projetos paralisados, favorecendo assim a política de integração de diversas áreas antes não articuladas com outras economias regionais.

As implicações desta mudança na concentração espacial da economia regional, deslocada para o entorno da *porção conservacionista*³¹ do Estado de Rondônia, terá como corolário um volume de atividades econômicas, que pressionariam, mesmo estabelecido o Zoneamento Territorial³², a utilização dos recursos “naturais”, em especial o setor florestal (setor madeireiro), estendendo espacialmente a política de fronteira expansiva e de exploração dos recursos. O projeto Hidrovia-Hidrelétrica do rio Madeira, na sua funcionalidade hidroviária, tem seu trajeto perpassando os limites das áreas destinadas à proteção dos recursos naturais, onde há uma concentração de unidades de conservação e o “santuário ecológico” do vale do Guaporé. Pode-se inferir, numa perspectiva “otimista”, que consolidando a Hidrovia do Madeira/Mamoré/Guaporé (à montante da cidade de Porto Velho), esta paisagem venha a ser profundamente modificada, vez que o empreendimento provocará uma retomada da fronteira de expansão, que pressionará substancialmente os recursos naturais. Certamente, produzirá uma nova feição quanto ao quadro de avanço territorial das atividades socioeconômicas no espaço geográfico rondoniense.

A evidência dessas “tensões” sócio-territoriais origina uma questão importante na gestão política do território, quando revela as dialéticas das escalas de ação dos agentes, na medida em que se cristalizam os diferentes níveis de objetivação do espaço (Egler, 1993; Nunes, 2004). A natureza política de grandes projetos atende escalas superiores à dimensão local, sendo sua prioridade algo externo às populações que estão nas áreas de abrangência dos empreendimentos. Em geral, os projetos de grande porte são caracterizados pela sua escala “gigantesca”, que envolve a mobilização de estruturas na efetivação das construções, que por sua vez, amplia o fluxo de mão-de-obra e a mobilização de capitais, em que, não raros momentos, revelam um caráter de enclave.

Os espaços consolidados em Rondônia, resultado da dinâmica do processo de colonização e da gestão territorial tendem a sofrer novas configurações territoriais, cujos cenários apontam áreas de conflitos potenciais em função de uma nova geografia econômica. Quanto maiores forem as possibilidades dos fluxos, cujas distâncias sejam comprimidas pela expansão de redes territoriais, maior será a pressão dos agentes privados ou públicos sobre espaços em cujo fenômeno possa se repetir. De modo geral, há sinuosas transformações espaciais, cuja cartografia conforma processos concretos e ações em potência na dinâmica social.

Considerações Finais

A globalização da economia atinge de forma desigual todos os “cantos” do planeta. As ações dos agentes que comandam os processos resultam na transformação e incorporação de áreas à acumulação e reprodução de capitais, encetando uma dimensão geográfica da ampliação econômica. A Amazônia brasileira não foge a essa dinâmica, sendo uma periferia na arena da produção. O avanço da soja e, em conjunto, a implantação de uma rede de infra-estruturas públicas e privadas, confere conteúdo contemporâneo ao significado desta região do Brasil no processo de globalização.

Os elementos empíricos decorrentes dessa ótica são coerentes com a configuração de sistemas de objetos geográficos que se condensam em um sistema de rede territorial que adiciona ao espaço um adjetivo essencial e inerente às economias de escala e à dinâmica globalizadora, que é a fluidez territorial (Arroyo; 2003). Num primeiro momento, esses objetos geográficos têm sua localização correspondendo aos objetivos da produção, para, no segundo momento, eles mesmos, pela sua presença, influenciarem os processos produtivos subseqüentes (Santos; 1990).

Na Amazônia e tomando como componente empírico a produção de soja em Rondônia, a configuração espacial era tida como obstáculo à inserção de atividades produtivas, em função das lacunas que separavam produção-circulação, ou seja, as dimensões qualitativas de espaço-tempo. Na atualidade, a configuração de redes territoriais parece suplantar, para os agentes econômicos, essa dicotomia na perspectiva do mercado. Novos fluxos e reordenam a funcionalidade do espaço, agora, um espaço cujas ações concretas não resultam do contexto local, mas apresentam uma amplitude que articula ações em âmbito local, regional, nacional e global. Transforma-se aqui a escala de produção e de ação, conferindo uma renovada materialidade do espaço e seu conteúdo histórico.

A produção de soja alicerça-se dessa transformação espacial. Há uma simbiose com suas inerentes contradições, uma estreita relação entre macroagentes econômicos, Estado e produtores agrícolas locais. Os espaços da globalização são assim formados pela renovação da materialidade técnica da produção e da circulação e pela capacidade de interação, simétrica e assimétrica, dos atores envolvidos. São esses elementos que formam uma base favorável de expansão da soja em Rondônia.

Ao Estado coube estrategicamente a formulação e implantação de políticas territoriais para a formação de uma base infra-estrutural moderna que viabilizasse as condições materiais para a superação de obstáculos restritivos à interação dos processos de produção e circulação de *commodities*. Temos aqui a manifestação do Estado no território nacional (políticas territoriais) e sua projeção na dinâmica econômica globalizada. Procede dessas ações a formação de espaços produtivos destinados ao mercado global. Neste caso, as políticas públicas focam a produção de um “novo” espaço com integração, como vetor de fluxos, de conexões em múltiplas escalas, daí os eixos nacionais de integração.

Contudo, como corolário dessa conectividade espacial, tais articulações tendem a modificar as políticas públicas concretizadas, pois, pressionariam frações territoriais cuja funcionalidade já estaria pactuada/definida, a exemplo das áreas de proteção ambiental e terras indígenas. Nesta ótica, concretizam-se na Amazônia as contradições entre a expansão do mercado global, pela presença dos macroagentes (firmas e estruturas) e reação das localidades, expressas nos conflitos sócio-territoriais e nas articulações do que Milton Santos apontou como horizontalidades.

As empresas *tradings* Amaggi e Cargill comercializam a produção de soja no mercado externo. Essa relação com os produtores engendra o processo de monopolização do território, na medida em que a produção só tem esse caminho, onde o capital domina o processo de circulação (Oliveira; 1999). Ao investirem capitais em estruturas locais (escritórios, armazéns, portos), as empresas formam um conjunto estrutural que viabiliza a comunicação, circulação e o transporte.

No plano político, as ações desses macroagentes resultam na formação de um espaço produtivo dessas empresas, territorializando sua lógica econômica. Sua ação se traduz na criação de estruturas que servem à conexão com outros lugares, formando uma relação topológica no espaço. Esses pontos permitem às empresas maior fluidez geográfica, pois elas se afirmam como produtoras de fluxos, e não de massa. Neste caso, há um controle estratégico

da comunicação, da circulação em relação à produção (soja), configurando uma vinculação entre política, poder e território.

Na escala local, os agricultores desempenham a função de produtores de volume (soja e de outros grãos). Sua atuação no campo implica a adição de novas formas de produção, pois a produção de *commodities* requer a integralização de novas tecnologias, traduzindo-se na modernização da produção agrícola e no aumento da composição técnica e orgânica do capital. A mudança do uso da terra no seu conteúdo produtivo, na passagem do pasto para a agricultura de grãos, traduz esse processo. Neste caso, os produtores locais são os agentes que produzem massa/volume (soja), pois, na composição e uso da rede territorial sua força lhe confere somente esse papel.

A dinâmica das economias globalizadas, dos produtos globalizados, recria, a partir da renovação dos fixos e dos fluxos, uma funcionalidade do espaço. A manifestação empírica se dá na formação de um espaço de gestão e de um espaço de produção, sendo sua funcionalidade condição resultante da rede territorial.

Nesta ótica, em Porto Velho as novas bases técnicas e de gerenciamento das empresas *tradings* conferem essa dimensão estratégica de espaço de gestão da circulação. Seu comando se efetiva pelas conexões, comunicação e ordens, pelo fluxo de informação. O espaço de produção se dá no sul de Rondônia, onde a cidade de Vilhena é o centro produtor. A incorporação de áreas de pastagens convertidas em áreas de grãos caminha para a saturação, redirecionado e ampliando o espaço de produção nos demais municípios do Cone-Sul.

A rede territorial, assim formada pela renovação da materialidade do espaço, articula o espaço de produção ao espaço de gestão da circulação. Essa forma geográfica permite a difusão do capital, revestido de maquinários, construções, instalações, capitaneado pelos agentes econômicos. A expansão da soja em Rondônia traduz-se na formação e na *expansão dos espaços da globalização*.

Na atualidade, a interdependência universal dos lugares constitui o novo conteúdo do espaço, que contraditoriamente produz lógicas locais e globais. A mobilidade espacial permite que os macroagentes ajam como portadores de um tempo rápido, beneficiados pelo uso crescente da tecnologia e da informação, como também das frações do espaço que são portadoras desse conteúdo técnico-científico.

A ordem global impõe uma racionalidade organizacional nos lugares. Na leitura de alguns atores sociais, as transformações contemporâneas na

Amazônia causam espantos, verdadeiras *esquizofrenia* no e do território. Na perspectiva dos macroagentes hegemônicos, explica-se pelo processo de expansão do mercado e da economia de escala. O que temos são as *resignificações* do território usado, que neste caso, configura-se num espaço da globalização.

Bibliografia

- ARROYO, Mónica (2003) “Território Brasileiro e Mercado Externo: uma leitura dessa relação na virada do Século XX”. En: SOUZA, María Adélia (Org.). *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas, Edições Territorial.
- BENKO, George (2002) *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. 3ª ed. São Paulo, Hucitec/Annablume.
- COSTA, Fabiano G. (2000) “Avaliação do Potencial de Expansão da Soja na Amazônia Legal: uma aplicação do modelo de Von Thünen”. Piracicaba. USP/ ESALQ. Dissertação de Mestrado.
- EGLER, Claudio Antonio (1993) *Crise e Questão regional no Brasil*. Tese (Doutorado), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 233 pp.
- IBGE. Banco de Dados SIDRA, 2008.
- MERCOESTE. (2002) *Perfil Competitivo do Estado de Rondônia. Mercoeste-Rondônia*. Brasília.
- MONIÉ, F.; SILVA, G. (orgs.) *A mobilização produtiva dos territórios: instituições e logística do desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NUNES, Dorisvalder Dias (2004) *Hidrovia do Madeira: (re) configuração espacial, integração e meio ambiente*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sócio-Ambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belen, 358 pp.
- RAFFESTIN, Claude (1993) *Por uma Geografia do Poder*. Trad.: María Cecília França São Paulo: Ática.
- SANTOS, Milton (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.
- (1991) *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec.

- . (1990) *Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3ª ed., São Paulo, Hucitec.
- . (2000) *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, Record.
- SANTOS, M. y SILVEIRA, María Laura (2000) *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro / São Paulo, Editora Record.
- SILVA, Ricardo Gilson C. (2007) “Agronegócio e novas dinâmicas territoriais em Rondônia”. En: X Simpósio Nacional de Geografia Urbana – Trajetórias da Geografia Urbana no Brasil: tradições e perspectivas. Florianópolis. v. 1. Anais, 15 p.
- . (2005) “Avanços dos espaços da globalização: a produção de soja em Rondônia”. Porto Velho. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), Núcleo de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de Rondônia.
- SILVEIRA, María Laura (1996) “Uma teoria geográfica da sociedade: razão global e razão local”. En: CARLOS, A.F.A. (org.) *Ensaios de geografia contemporânea: Milton Santos obra revistada*. São Paulo, Hucitec.
- SMITH, Neil (1988) *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Trad.: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Notas

¹ Milton Santos (1996) discute a processo de *alargamento dos contextos* identificando-o como característica dessa época de globalização, onde a interdependência entre as frações do espaço ocorre com maior intensidade, devido ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho e das possibilidades de fluidez, base essencial para ampliar os intercâmbios. Santos argumenta: “na medida em que se multiplicam as interdependências e cresce o número de atores envolvidos no processo, podemos dizer que não apenas se alarga a dimensão dos contextos como aumenta sua espessura” (1996, 203). Certos acontecimentos e objetos nos lugares derivam dessa relação global, onde novas formas de cooperação e de controle se manifestam, daí a seletividade espacial operada pelas grandes corporações econômicas em escolher os pontos do global para a concretude de suas ações.

² Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

³ O *eixo desenvolvimentista* compreende o entorno da BR-364, na porção central do Estado, onde há um alto grau de desmatamento e uso do solo, os

maiores investimentos em infra-estrutura e importante dinamização da economia regional. Nestas áreas, a taxa de desmatamento em alguns municípios (Ouro Preto, Cacoal, Presidente Médici, Jaru, Rolim de Moura) já ultrapassa 50% de suas áreas, indicando uma dinâmica social e econômica de significativa importância no estado de Rondônia. Quanto ao *eixo conservacionista*, este compreende a porção oeste/sudoeste do Estado, caracterizada pela concentração de várias unidades de conservação, de uso direto e indireto, pelo vale do Guaporé/Mamoré, conhecido como “santuário ecológico”, onde as atividades dinâmicas da economia ainda não encontraram espaço de afirmação. Nestas áreas desenvolve-se o ecoturismo e outras atividades que não são impactantes ao meio ambiente.

⁴ É o que podemos verificar no caso da BR- 421, onde há unidades de conservação, terras indígenas e reservas extrativistas. Invasões de terras e mudanças na legislação para adequar ao desenvolvimento de Rondônia, ou mesmo, a situação da FLONA Bom Futuro com a retirada ilegal de madeiras, ou, os conflitos na Terra Indígena Roosevelt referente à extração ilegal de diamantes.